pontuação final dos concorrentes resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{AC + EPS}{2}$$

em que:

CF = classificação final;

AC = avaliação curricular

EPS = entrevista profissional de selecção.

8.2 — A prova de avaliação curricular será ponderada da seguinte forma:

$$AC = \frac{HL + FP + CS + EP}{4}$$

em que:

AC = avaliação curricular;

HL = habilitações literárias, onde se pondera o grau académico;

FP = formação profissional, onde se pondera as acções de formação, seminários, encontros e conferências realizadas durante o período correspondente à actual categoria, referentes ao aperfeiçoamento profissional relacionados com a área funcional;

CS = classificação de serviço;

EP = experiência profissional, onde se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividades para qual é aberto o concurso.

8.3 — A entrevista profissional de selecção terá a seguinte ponderação:

$$EPS = \frac{CCF + MI + CEFV + SR}{4}$$

em que:

CCF = conhecimentos do conteúdo funcional inerentes às funções a desempenhar;

MI = motivação e interesse para o desempenho da função;

CEFV = capacidade de expressão e fluência verbais;

SR = sentido de responsabilidade.

8.4 — A entrevista profissional de selecção terá a duração de vinte minutos e visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

8.5 — Os restantes critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção constam de acta da reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada sempre que solicitada.

9 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, devendo conter os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, naturalidade, número, data e serviço emissor do bilhete de identidade, número de contribuinte fiscal) residência e endereço para o qual deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso, número de telefone;

b) Situação profissional;

c) Identificação do concurso a que se candidata, fazendo referência ao número do *Diário da República* onde o presente concurso foi publicado;

d) Indicação dos documentos que instruem o requerimento;

e) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar para melhor apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal.

9.1 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do bilhete de identidade (frente e verso);

b) Fotocópia do cartão de contribuinte;

c) Currículo detalhado, datado e assinado, do qual conste as habilitações literárias e profissionais, a natureza do vínculo, a categoria detida e antiguidade nesta, as classificações de serviço na sua expressão quantitativa respeitante aos anos relevantes para efeitos de concurso, as funções que exerce e que exerceu anteriormente, com indi-

cação dos correspondentes períodos e actividades relevantes, assim como a formação profissional detida (cursos, estágios, especializações, acções de formação, etc.);

d) Fotocópia dos certificados de habilitações literárias e profissionais;

e) Fotocópia das acções de formação profissional frequentadas;

f) Declaração, emitida e autenticada pelo serviço de origem, onde conste a natureza do vínculo, a categoria detida e antiguidade na actual categoria, carreira e função pública, expressa em anos, meses e dias, classificações de serviço na sua expressão quantitativa respeitante aos anos relevantes para efeitos de concurso, funções que exerce e exerceu durante os anos relevantes para efeitos de acesso na carreira, respectivos períodos e tarefas e responsabilidades cometidas ao candidato;

g) Declaração, em alíneas separadas, no próprio requerimento, sob compromisso de honra, de que preenche os requisitos gerais de admissão a concurso previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.2 — Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, estão dispensados da apresentação dos documentos comprovativos que se encontrem arquivados no respectivo processo individual desde que do facto façam menção no seu requerimento de candidatura.

9.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos são puníveis nos termos da lei.

9.4 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

10 — Publicação dos resultados — a relação de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final serão afixadas no edifício dos Paços do Município de Arruda dos Vinhos, após o cumprimento do determinado nos artigos 33.º, 34.º, 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — Constituição do júri:

Presidente — Lélío Raimundo Lourenço, vice-presidente da Câmara. Vogais efectivos:

Engenheiro Augusto Fortunato Reis Piriquito, chefe da Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e Dr. Paulo Jorge Pimentel Ramos Câmara, chefe da Divisão Sócio-Cultural.

Vogais suplentes:

Maria do Rosário Vinhas Henriques Agostinho Matos, engenheira biofísica principal.

Ricardo Jorge Bexiga Lapas, técnico superior de serviço social principal.

24 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel da Cruz Lourenço*. 1000305423

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que deve ser considerado sem efeito o aviso, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163 (parte especial), de 24 de Agosto de 2006, referente ao concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de tesoureiro especialista pelo facto de no concurso limitado o aviso de abertura ser apenas afixado nos locais a que tenham acesso os funcionários que reúnam as condições de admissão, nos termos do artigo 28.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

24 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Edmundo Freire Ribeiro*. 1000305451

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA

Aviso

Licença de operação de loteamento

Joaquim Carlos Dias Valente, presidente da Câmara Municipal da Guarda, torna público que, nos termos e para os efeitos dos arti-